

DECRETO Nº 4.090, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 410.000,00.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.611 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  |                       |
| 14- Fundo Municipal de Saúde   |                       |
| 10.301.2170.2112.112 - Conservação e Manutenção da Clínica Terapêutica Renal Substitutiva - Nefrosul |                       |
| 33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....  | R\$ 200.000,00        |
| 16- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer   |                       |
| 13.392.2250.1091.091 - Construção do Centro de Eventos   |                       |
| 44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....  | R\$ 210.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>R\$ 410.000,00</b> |

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis  |                       |
| 06 - Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito  |                       |
| 15.451.2080.1020.020 - Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano |                       |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações.....   | R\$ 100.000,00        |
| 15.451.2080.1221.221 - Construção de Pontes e Jardim Carlos Bezerra                            |                       |
| 44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....  | R\$ 100.000,00        |
| 15.451.2080.1232.202 - Reforma da Praça dos Carreiros  |                       |
| 33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....  | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ.....  | R\$ 40.000,00         |
| 14- Fundo Municipal de Saúde   |                       |
| 10.301.2170.2094.094 - Programa Saúde Família  |                       |
| 31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....   | R\$ 200.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>R\$ 410.000,00</b> |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

DECRETO Nº 4.091, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 67.300,00.

- O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.612 de 18/08/2005...

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 67.300,00 (Sessenta e Sete Mil e Trezentos Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|   |               |
|---|---------------|
| 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                                     |               |
| 05- Secretaria Municipal de Educação  |               |
| 12.361.2150.1005.005 - Programa de Qualificação dos Profissionais da Educação |               |
| 33.90.30.00.00 - Material de Consumo.....                                     | R\$ 6.300,00  |
| 33.90.36.00.00 - Outros Serviços Terceiros - PF.....                          | R\$ 3.000,00  |
| 33.90.39.00.00 - Outros Serviços Terceiros - PJ.....                          | R\$ 18.000,00 |

|  |               |
|--|---------------|
| 04- Secretaria da Receita Municipal                      |               |
| 04.123.2060.2031.031 - Manutenção do Setor               |               |
| 44.90.52.00.00 - Equipamentos e Material Permanente..... | R\$ 40.000,00 |

**TOTAL..... R\$ 67.300,00**

Art. 2º - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|   |               |
|---|---------------|
| 02 - Prefeitura Municipal de Rondonópolis   |               |
| 05 - Secretaria Municipal de Educação   |               |
| 12.301.2120.1225.225 - Cobertura da Quadra Poliesportiva na Escola João Gomes Bezerra |               |
| 44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....   | R\$ 27.300,00 |

|  |               |
|--|---------------|
| 04 - Secretaria da Receita Municipal       |               |
| 04.123.2060.2031.031 - Manutenção do Setor |               |
| 31.90.13.00.00 - Obrigações Patronais..... | R\$ 40.000,00 |

**TOTAL..... R\$ 67.300,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal



# Diário Oficial

Órgão Informativo Oficial de Rondonópolis

Fundado em Dezembro de 2000

Ano VI - Nº 1090 - Quinta-feira, 18 de Agosto de 2005

## PODER EXECUTIVO

# Lei

LEI Nº 4.606, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

18/8/2005

Reestrutura o Conselho Tutelar de Rondonópolis, criado pela Lei nº 1.790 de 04 de dezembro de 1990 e alterado pela Lei nº 1.964 de 22 de abril de 1993 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei...

FACO SABER QUE A CAMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O Conselho Tutelar criado pela Lei nº 1.790 de 04 de dezembro de 1990 e alterado pela Lei nº 1.964 de 22 de abril de 1993, atendendo às diretrizes do inciso I do art. 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é reestruturado nos termos desta lei, tendo seu regime jurídico fixado no Título V do Livro II do ECA.

Art. 2º - Os Conselhos Tutelares são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, ficando vinculados à Secretaria Municipal de Ação Social para fins de execução orçamentária, sem subordinação hierárquica funcional com o Poder Executivo.

Parágrafo único - A implantação dos Conselhos Tutelares ocorrerá gradativamente conforme Capítulo IV, Seção I, art. 14 da Lei nº 1.790/90.

Art. 3º - Os Conselhos Tutelares do Município de Rondonópolis exercerão suas funções no âmbito territorial por regiões da cidade determinadas por resoluções expedidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, podendo os mesmos serem remanejados quando se fizer necessário.

Art. 4º - Fica fixado o âmbito territorial de competência dos Conselhos Tutelares da seguinte forma:

Conselho Tutelar da Região I  
Conselho Tutelar da Região II

Art. 5º - O âmbito das regiões corresponde a um conjunto de bairros especificados em Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente enviada ao Poder Executivo.

Parágrafo único - A instalação do Conselho Tutelar será acompanhada de ato do Poder Executivo que fixará sua competência territorial.

| Expediente                                      |                                 |  |
|---|---------------------------------|--|
| Prefeito Municipal.....                         | Adilton Domingos Sachetti       |  |
| Vice-Prefeito.....                              | Manoel Machado                  |  |
| Secretaria de Ação Social.....                  | Rosemari Linde Sachetti         |  |
| Secretaria de Administração.....                | Gastão de Matos                 |  |
| Sec. de Desenv. Econ. e Meio Ambiente.....      | Elio Rasia                      |  |
| Secretaria de Educação.....                     | Professor Javert Melo Vieira    |  |
| Sec. Esporte, Cultura e Lazer.....              | Renato Marcelino Dolce de Souza |  |
| Secretaria de Finanças.....                     | Clóvis Gonçalves Vicentini      |  |
| Secretaria de Governo.....                      | Ailton das Neves                |  |
| Secretaria de Planejamento.....                 | Eugênia Lemos Barros Bárbara    |  |
| Secretaria da Receita.....                      | Edenício Avelino Santos         |  |
| Secretaria de Saúde.....                        | Fábio Roberto Ribeiro Cardozo   |  |
| Sec. Transporte, Trânsito e Desenv. Urbano..... | João Batista de Oliveira        |  |
| Procuradoria Geral do Município.....            | Adilton Pinto da Silva          |  |
| CODER.....                                      | Milton Luiz Araújo              |  |
| SANEAR.....                                     | Marcos Antonio Ribeiro dos Reis |  |
| Diário Oficial do Município.....                | Luiz Antonio da Silveira Abreu  |  |
| IMPRO.....                                      | Josemar Ramiro da Silva         |  |

Art. 6º - Caberá ao Conselho Municipal de Rondonópolis, dirimir eventual conflito positivo ou negativo de competência territorial entre os Conselhos Tutelares, ouvido o órgão municipal responsável pelo planejamento urbanístico.

Art. 7º - Para concorrer ao cargo de Conselheiros Tutelares, os candidatos deverão ser submetido a eleição, uma entrevista psicológica e um teste de conhecimento sobre o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e conhecimento gerais realizado sob a coordenação e responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalização do Ministério Público.

Art. 8º - Os Conselhos Tutelares serão compostos por 5 (cinco) membros com mandato de 3 (três) anos, permitida uma recondução.

§ 1º - Os Conselheiros Tutelares serão avaliados individualmente para serem reconduzidos levando em conta sua atuação durante o período que desempenhou sua função.

§ 2º - Para cada conselheiro haverá 1 (um) suplente.

Art. 9º - Compete aos Conselhos Tutelares zelar pelo atendimento dos direitos da criança e do Adolescente, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90).

DA ESCOLHA E REQUISITOS

Art. 10 - Caberá ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente coordenar a escolha dos Conselheiros Tutelares em consonância com o art. 11 desta Lei, tendo a supervisão do Ministério Público, em consonância com o art. 139 da Lei Federal nº 8.069/90.

Art. 11 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá a Comissão que presidirá a Escolha do Conselheiro Tutelar, que fará publicar Edital no Diário Oficial do Município e outro jornal local de grande circulação, até 45 (quarenta e cinco) dias do pleito contendo a resolução dos critérios para a escolha do Conselheiro Tutelar.

Art. 12 - Os candidatos ao cargo de conselheiro tutelar serão indicados pelas entidades governamentais e não governamentais cadastradas no Conselho Municipal Adolescente e nos demais Conselhos Municipais, para participarem do processo, seguindo os requisitos constantes no art. 13 desta lei.

Parágrafo Único - Cada entidade através do seu presidente ou representante legal, poderá indicar até 05(cinco) candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, dentro do prazo estipulado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para participarem do processo.

## DIORONDON

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensa Oficial

Impressão, Distribuição e Assinatura

Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias, 526

Vila Aurora - fone (66) 422-3333 ramal 219

CEP 78.740-100 - Rondonópolis - Mato Grosso - de 2º a 6º das 12 as 18h

Órgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000

Órgão de Responsabilidade da Sec. Administração: **Gastão de Matos**

Diário Oficial: Luiz Antonio da Silveira Abreu

Home page: [www.rondonopolis.mt.gov.br](http://www.rondonopolis.mt.gov.br)

E-mail: [diorondon@rondonopolis.mt.gov.br](mailto:diorondon@rondonopolis.mt.gov.br)

| Tabela de Preços do Diorondon           |           |   |
|---|-----------|---|
| Exemplar do dia no balcão               | R\$ 0,50  | Entrega domiciliar - Qualquer Município (via correio) R\$160,00                                     |
| Exemplar do dia anterior                | R\$ 0,65  |   |
| Assinatura Semestral retirada no balcão | R\$ 50,00 | Publicação de matérias de outros municípios e de terceiros por centímetro linear de coluna R\$ 1,20 |

**Art. 13** - São requisitos para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar:

- I** - Reconhecida idoneidade moral;
- II** - Idade superior a 21 anos;
- III** - Residir no Município de Rondonópolis há mais de 02 anos;
- IV** - Estar em gozo de seus direitos políticos;
- V** - apresentar no momento da inscrição, cópia do certificado de conclusão do curso equivalente ao ensino médio;
- VI** - Ter curso básico de informática;
- VII** - Comprovação de experiência profissional ou voluntária de, no mínimo um ano em trabalho reto na área da criança, do adolescente e família, nos últimos cinco anos através de atestado declaratório informando tempo e o tipo de experiência;
- VIII** - Não ter sido penalizado com a destituição da função de Conselheiro Tutelar, nos cinco anos antecedentes a inscrição;
- IX** - Ter dedicação exclusiva e disponibilidade de 24 horas com jornada de trabalho de 40 horas semanais e previsão de regime de plantão a ser prestado;
- X** - ser submetido a uma entrevista psicológica;
- XI** - Participar de uma Palestra proferida pelo Ministério Público
- XII** - ser aprovado em teste seletivo de conhecimentos gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e das legislações pertinentes á área da criança e do adolescente;
- XIII** - Submeter-se-ão ao teste seletivo de conhecimentos os candidatos que preencherem os requisitos constantes nos itens I a XXI do art. 6º desta Resolução;
- XIV** - Apresentar certidão civil e criminal no ato da posse;

**Art. 14** - Serão impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, padrasto e madrastra e enteado.

**Art. 15** - O candidato que for membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá pedir seu afastamento no ato da aceitação de sua inscrição no certame.

**Art. 16** - A função de conselheiro tutelar exige dedicação exclusiva, sendo incompatível com o exercício de outra função pública e/ou privada.

**Art. 17** - A pessoa jurídica que tiver seu trabalhador eleito para compor o Conselho Tutelar e decidir liberá-lo para o exercício da função com garantia de emprego, cargo ou função, mantendo sua remuneração ou a diferença entre esta e a de Conselheiro Tutelar, será agraciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com diploma de relevantes serviços prestados a causa da criança e do adolescente, em cerimônia especialmente designada para este fim.

**Art. 18** - O servidor público que for eleito para o Conselho Tutelar poderá optar entre o valor do cargo de conselheiro ou o valor total de seus vencimentos, ficando-lhe garantido o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, em o

término ou a perda de seu mandato, garantido também a cobertura de tempo de serviço para todos os efeitos legais.

**Art. 19** - Caso o candidato eleito exerça o cargo em comissão, o assessor político em qualquer esfera do Poder Público deverá ser exonerado para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar.

**Art. 20** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista contendo o nome dos candidatos que forem considerados aptos prestarem o teste seletivo de conhecimentos, podendo caber recurso a decisão a ser apresentada no prazo máximo de 03 dias úteis a publicação da lista.

**Art. 21** - Em caso de empate entre os candidatos valerá como critério de desempate o maior tempo de experiência do candidato no tocante a criança e ao adolescente.

**Art. 22** - Persistindo o empate, ficará a vaga ao candidato com idade superior.

**Art. 23** - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos classificados a serem providos pelo exercício da função de confiança popular, denominados Conselheiros Tutelares do Município de Rondonópolis.

**DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

**Art. 24** - Ficam criados 10 (dez) cargos em comissão, a serem providos pelo exercício da função de confiança popular, denominados conselheiros tutelares.

**Art. 25** - Os conselheiros tutelares eleitos serão nomeados nos cargos em comissão por ato do Chefe do Poder Executivo e exonerados ao final de seus mandatos, ou nos casos previstos no art. 40 desta Lei.

**Art. 26** - Os conselheiros tutelares terão remuneração fixada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando por base o nível do DAS-3 do funcionalismo público municipal.

**Parágrafo único** – Será garantido aos conselheiros tutelares, férias, 13º salário, licença-médica, licença-maternidade assegurados na Constituição Federal.

**Art. 27**- Os conselheiros tutelares poderão requisitar do Poder Público assessoria jurídica e terapêutica para auxiliá-los no desempenho de suas funções.

**Art. 28** - Para cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes, o Conselho Tutelar investido de suas prerrogativas, atenderá qualquer violação de direitos, independente de local ou hora.

**§ 1º**- Os conselheiros não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas no exercício do mandato, salvo nos casos previstos em Lei.

**§ 2º** - No exercício do mandato, o Conselheiro terá livre acesso às entidades governamentais e não governamentais referidas na Lei nº 8.069/90 e as áreas sob jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, onde se registre conflito ou em que os interesses e direitos da criança e do adolescente estejam ameaçados.

**Art. 29** - Os Conselhos Tutelares funcionarão em prédios públicos, preferencialmente Centros Urbanos ou outros que se fizerem necessários,devendo toda a estrutura de funcionamento ficar a cargo do Executivo Municipal,compreendendo esta a seguir:

- I** - Material Humano Especializado;
- II** - Material Mobiliário, gráfico e limpeza em geral;
- III** - Imóvel (sede)
- IV** - Veículo para atendimento de chamados pertinentes a criança e ao adolescente

**Art. 30** - Os Conselhos Tutelares tem competência,composição e atribuições definidas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 , na Lei Municipal nº 1790 de 04 de dezembro de 1990,Lei Municipal nº 1964 de 22 de abril de 1993, sem prejuízo de outras estabelecidas nesta Lei.

**DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTE**

**Art. 31** - Convocar-se-ão os suplentes de conselheiros tutelares nos seguintes casos:

- I** - quando as licenças a que fazem jus os titulares excederem 30 (trinta) dias;
- II** - no caso de renúncia do Conselheiro titular;
- III** - no caso de perda do mandato.

**§ 1º** - O suplente de conselheiro tutelar perceberá a remuneração e os direitos decorrentes do exercício do cargo, quando substituir o titular do Conselho nas hipóteses previstas nos incisos deste artigo.

**§ 2º** - A convocação do suplente obedecerá ao mesmo critério de classificação resultante do teste seletivo.

**DO CONTROLE DE FUNCIONAMENTO E ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS CONSELHOS TUTELARES**

**Art. 32** - O controle, o funcionamento e a organização interna dos Conselhos Tutelares obedecerão ao Regimento Interno, respeitados os ditames desta lei e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

**Art. 33** - O regimento interno dos conselhos será emitido pelo Chefe do Poder Executivo, observando-se as peculiaridades da área de atuação de cada Conselho e deve ser elaborado por todos os conselheiros eleitos para os cargos, observando o contido nos § 1º e 2º, deste artigo, e no art. 35 desta lei.

**§ 1º** - A primeira coordenação geral iniciará e presidirá a plenária de elaboração do regimento interno.

**§ 2º**- O regimento interno será elaborado até 60 (sessenta) dias da data da posse dos conselheiros e será publicado no Diário Oficial do Município pelo Gabinete do Chefe do Poder Executivo até 30 (trinta) dias do protocolo do mesmo.

**Art. 34** - O regimento deverá observar o conteúdo desta lei, prevendo ainda:

- I** - dedicação exclusiva, disponibilidade de 24 horas e funcionamento diário e ininterrupto das 8:00 horas às 18:00 horas;
- II** - jornada de trabalho de 40 horas semanais e previsão de regime de plantão a ser prestado;
- III** - prever, como regra, decisões colegiadas, retiradas em reuniões que não prejudiquem o previsto no inciso I deste artigo;
- IV** - prever normas de condutas éticas, deveres dos Conselheiros, faltas disciplinares e respectivas sanções disciplinares;
- V** - prever as regras procedimentais e processuais gerais para trâmite do processo disciplinar, observando direitos constitucionais, princípios gerais de direito, bem como o que consta nesta lei;
- VI** - criação, organização e funcionamento de uma coordenação geral formada pelos Conselheiros Coordenadores de cada Conselho existente.

**Parágrafo único** - O Coordenador de cada Conselho terá somente 1 (um) mandato determinado, garantindo-se a igualdade e o rodízio no tempo de coordenação para todos os membros de cada Conselho.

**DO PROCESSO DISCIPLINAR**

**Art. 35** - O processo disciplinar será instaurado mediante representação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de qualquer autoridade ou cidadão.

**§ 1º** - A representação, para ser admitida, deverá ser apresentada por escrito com fundamentação e indicação de provas e de testemunhas com seus respectivos endereços.

**§ 2º** - O processo disciplinar tramitará em sigilo, até o seu término, permitido o acesso às partes e seus defensores.

**Art. 36** - Constitui infração disciplinar:

- I** - usar de sua função para benefício próprio;
- II** - romper o sigilo em relação aos casos analisados pelos Conselhos Tutelares;
- III** - deixar de comparecer no horário de trabalho estabelecido sem justificativa;
- IV** - recusar-se a prestar atendimento;
- V** - exercer outra atividade incompatível com a dedicação exclusiva;

**DECRETO Nº 4.088, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 986.000,00, destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e dá outras providências.

• **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.609 de 18/08/2005...

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 986.000,00 (Novecentos e oitenta e seis mil reais), destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|   |                       |
|---|-----------------------|
| 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis                     |                       |
| 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis                     |                       |
| 17.512.3010.1098.098 - Hidrometração  |                       |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....                                       | R\$- 100.000,00       |
| 04.122.3010.2140.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR                         |                       |
| 31.90.16.00.00- Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil.....                   | R\$- 15.000,00        |
| 17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto                   |                       |
| 33.90.30.00.00- Material de Consumo .....                                       | R\$- 459.000,00       |
| 33.90.37.00.00 – Locação de mão-de-obra .....                                   | R\$ 262.000,00        |
| 17.512.3010.2143.143 - Adm. Ger. e Manut. Sist. de Resid. Sólidos e Dest. Final |                       |
| 33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros- PJ .....                           | R\$- 150.000,00       |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 986.000,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                        |
|--|------------------------|
| 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis  |                        |
| 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis  |                        |
| 17.512.3010.1095.095 - Ampliação do Sistema Distribuição de Água   |                        |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....  | R\$- 331.000,00        |
| 17.512.3010.1096.096 - Ampliação de Rede de Esgoto   |                        |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....  | R\$- 120.000,00        |
| 17.512.3010.1099.099- Despesa com Divulgação Oficial   |                        |
| 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ .....   | R\$- 20.000,00         |
| 17.512.3010.1103.103- Prog. de Distribuição de Rec. Domiciliar a Família Carente                               |                        |
| 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros- PJ .....  | R\$- 45.000,00         |
| 17.512.3010.1104.104 - Prog. de Educ. Ambiental: Famílias Aliadas p/ Resíduos Sólido junto a famílias carentes |                        |
| 33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros –PJ .....  | R\$ 40.000,00          |
| 17.512.3010.1106.106 - Programa de Educação Ambiental  |                        |
| 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ .....   | R\$- 20.000,00         |
| 04.122.3010.2140.140 - Manutenção e Encargos com o SANEAR  |                        |
| 3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros-PF .....   | R\$- 80.000,00         |
| 17.512.3010.2141.141 - Manutenção do sistema de Água e Esgoto  |                        |
| 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF .....   | R\$- 60.000,00         |
| 44.90.52.00.00- Equipamento e Material Permanente .....  | R\$- 40.000,00         |
| 17.512.3010.2143.143-Adm. Ger. e Manut. Sist. De Resíduos Sólidos e Dest. Final                                |                        |
| 33.90.30.00.00- Material de Consumo .....  | R\$- 110.000,00        |
| 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF .....   | R\$- 60.000,00         |
| 33.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra .....   | R\$- 60.000,00         |
| <b>TOTAL .....</b>   | <b>R\$- 986.000,00</b> |

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**DECRETO Nº 4.089, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 310.000,00.

• **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais, especialmente pela Lei nº 4.610 de 18/08/2005...

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no vigente orçamento CRÉDITO SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) para reforço da seguintes dotações orçamentárias:

|   |                       |
|---|-----------------------|
| 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                   |                       |
| 01 – Secretaria do Governo Municipal                        |                       |
| 04.122.2010.2012.012 – Manutenção do FUNREBOM               |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....                  | R\$ 30.000,00         |
| 04.122.2010.2223.223 – Mutirão Construindo a Cidadania      |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....                  | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros –PF.....      | R\$ 10.000,00         |
| 16 – Secretaria Muni. de Esporte, Cultura e Lazer           |                       |
| 27.612.2260.2133.133 – Manutenção das Atividades do Esporte |                       |
| 31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....                  | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 80.000,00         |
| 33.92.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....       | R\$ 50.000,00         |
| 13.392.2250.2127.127 – Manutenção das Atividades da Cultura |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 60.000,00         |
| 33.90.36.00.00 –Outros Serviços de Terceiros PF.....        | R\$ 40.000,00         |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 310.000,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                                    |                       |
| 01 – Secretaria do Governo Municipal   |                       |
| 04.122.2010.2016.016 – Assessoria de Cerimonial                              |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....                                   | R\$ 15.000,00         |
| 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....                        | R\$ 15.000,00         |
| 04.122.2010.2219.219 – Manutenção dos Conselhos Municipais                   |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                                    | R\$ 15.000,00         |
| 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....                        | R\$ 15.000,00         |
| 16 – Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer                        |                       |
| 27.812.2260.1700.239 – Construção do Mini-Estádio no B. João de Barro        |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 20.000,00         |
| 27.812.2260.1000.088 – Construção de Praças de Esporte                       |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 60.000,00         |
| 27.812.2260.1090.090 – Construção e Ampliação de Ginásio Poliesportivo       |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 100.000,00        |
| 27.812.2260.1092.092 – Construção de Pistas P/ Prática de SKATE              |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 40.000,00         |
| 27.812.2260.1226.226 – Construção de Área de Lazer e Esporte na Vila Cardoso |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 30.000,00         |
| <b>TOTAL .....</b>   | <b>R\$ 310.000,00</b> |

**Art. 3º**- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal







**ANEXO III****ANALISTA DE TECNOLOGIA-TI**

VALOR INICIAL: R\$ 1.090,90

**Atribuições/requisitos**

Atua na instalação, criação, manutenção, monitoração e otimização de banco de dados SGBDRO ( versão 8i, Oracle 9i ou 10g, e SQL Server), modelagem de dados, replicação, recouper, tuning e performance em BD, ter conhecimento em administração e infra-estrutura de TCP/IP, de intranet, internet e extranet, ambiente wereless, workflow corporativo, Oracle Web Applications Server, PL/SQL. Exige-se ainda conhecimento em Sistemas Operacionais para Servidores, Windows 2000 Server, Windows 2003 Server, Windows NT, Unix, DNS, WINS, DHP, VPN, Criptografia, RSA, MCHAP, Políticas de Segurança GPO e controle de Acesso, Arvore de domínio, definição de procedimentos de Backup, E-mail corporativo. Compreende ainda, suporte à área de desenvolvimento de aplicações, suporte de último nível para as equipes de apoio ao usuários, projeto e manutenção do esquema de segurança da rede, incluindo a segurança de equipamentos(acesso físico), dos dados (acesso não-autorizado) e de sistemas operacionais de Servidores; monitoramento constante de aspectos novos relacionados à segurança (novas técnicas de invasão, novos bugs de segurança encontrados em produtos na rede etc).

Nível : Superior em Ciências da Computação/Sistema de Informática/Licenciatura Plena em Informática.

**ANEXO III****ANALISTA DE SUPORTE**

VALOR INICIAL: R\$ 1.090,90

**Atribuições/requisitos**

Atua na instalação, configuração e manutenção dos sistemas operacionais Windows (XP Pro, 2000, 98 NT) e Linux básico, de software corporativos e hardware relacionados aos serviços de infra-estrutura de TI; conhecimento em administração de redes (NT, Novell, Unix) e protocolos TCP/IP e IPX, desenvolvimento e suporte em aplicativos de escritório (MSOffice, como Word, Excel, PowerPoint, Access, Open Office, aplicativos de e-mail, Exchange e Lotus Notes), linguagem de programação, como Delphi, C++ ou Java. Atuação em Help Desk, treinamento, aplicação de cursos, elaboração de documentação técnica e funcional de sistemas, backup, políticas de prevenção – Antivírus, internet e extranet.

Nível : Superior em Ciências da Computação/Sistema de Informática/Licenciatura Plena em Informática.

# Decreto

**DECRETO Nº 4.083, DE 10 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre o cadastramento e o recadastramento de estabelecimentos onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam quaisquer atividades de modo temporário ou permanente, inclusive a de comércio indústria, agropecuária e prestadoras de serviços em geral, para fins de regularização e atualização de dados cadastrais, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar novo sistema de controle dos contribuintes que exerçam quaisquer atividades de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviços e, ainda, das atividades exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, artes ou ofício;

CONSIDERANDO, ainda, que a atualização das informações cadastrais de todas as atividades econômicas é fundamental para o exercício de uma adequada administração tributária, maior eficiência administrativa e organização de desenvolvimento econômico da cidade;

CONSIDERANDO as determinações da lei nº 1.800 de 28/12/1990...

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Toda pessoa, física ou jurídica, individual ou privada, que desenvolva atividades industriais, comerciais, agropecuária de profissionais liberais, bem como as sociedades e associações civis, instituições prestadoras de serviços, fundações e outras de qualquer natureza, com ou sem estabelecimento fixo, neste município deverá proceder ao seu cadastramento se ainda não cadastrada ou seu recadastramento se já inscrita, junto ao Cadastro Econômico Municipal da Secretaria Municipal.

**Art. 2º** - O cadastramento ou recadastramento obrigatório para as atividades elencadas no artigo anterior deverá ser efetuado através do preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC, conforme modelo constante nos Anexos I e II.

**§ 1º** - O programa de cadastramento eletrônico estará à disposição na intranet, no endereço: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br>

**§ 2º** - A Prefeitura Municipal de Rondonópolis disponibilizará um terminal para o preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC aos contribuintes que não têm acesso fácil à Internet na Divisão de Cadastro Econômico em sala setorial, situada à Avenida Parque das Lábias, 526, Vila Aurora – CEP: 78740-100.

**Art. 3º** - Deverão os contribuintes ao proceder o cadastramento ou o recadastramento obrigatório para as atividades elencadas no caput do artigo 1º deste decreto, apresentar no Setor de Atendimento de Cadastro Econômico, cópias devidamente acompanhadas de seus originais, para a devida autenticação dos seguintes documentos:

**I – Para Pessoa Física:**

- CPF e RG;
- Comprovante de Endereço da Atividade (IPTU, Energia, Água);
- Comprovante de Endereço de Residência (IPTU, Energia, Água);
- Carteira do Conselho de Profissional Liberal;
- Contrato de locação, com firma reconhecida;
- Termo de Cedência (a ser retirado na Prefeitura Municipal de Rondonópolis, se for o caso)
- Cadastro de Emprego Individual – CEI
- Número de Inscrição de Trabalho – NIT
- Cópia do Boletim de Atividade Econômica – BAEC (devidamente preenchido e assinado)

**II – Para Pessoa Jurídica:**

Cartório:

- Contrato Social e Alterações, Ata de Assembléia, ou Registro em Cartório;
- CNPJ da Empresa;
- Inscrição Estadual;
- Comprovante de Endereço da Empresa (IPTU, Energia, Água);
- Contrato de Locação com firma reconhecida;
- Registro no Conselho de Profissional Liberal;
- Termo de Cedência (a ser retirado na Prefeitura Municipal de Rondonópolis, se for o caso)
- Cópia do Boletim de Atividade Econômica – BAEC (devidamente preenchido, etiquetado e assinado)

**§ 1º** - As cópias dos documentos elencadas nos incisos I e II deste artigo, são indispensáveis para a comprovação dos dados fornecidos pelo contribuinte, estando estas sujeitas à conferência através de comparação com a documentação original.

**§ 2º** - Tanto para o cadastramento quanto para o recadastramento de pessoas jurídicas ou pessoas físicas que tiverem contador responsável, a que faz menção este decreto, far-se-á necessário o preenchimento do Boletim de Atividade Econômica – BAEC, ficando obrigatório, neste a afixação da etiqueta padrão fornecida pelo CRC - Conselho Regional de Contabilidade.

**§ 3º** - A solicitação de alteração cadastral protocolizada sem a devida documentação será indeferida sem análise prévia.

**Art. 4º** - O recadastramento das atividades econômicas dar-se-á no período compreendido entre os dias 22/08 a 15/09 do corrente ano.

**LEI Nº 4.609, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 986.000,00, destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, e dá outras providências.

- **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 986.000,00 (Novecentos e oitenta e seis mil reais), destinado ao SANEAR - Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis, para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|   |                       |
|---|-----------------------|
| 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis                     |                       |
| 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis                     |                       |
| 17.512.3010.1098.098 - Hidrometração  |                       |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....                                       | R\$- 100.000,00       |
| 04.122.3010.2140.140- Manutenção e Encargos c/ o SANEAR                         |                       |
| 31.90.16.00.00- Outras Despesas Variáveis- Pessoal Civil.....                   | R\$- 15.000,00        |
| 17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto                   |                       |
| 33.90.30.00.00- Material de Consumo .....                                       | R\$- 459.000,00       |
| 33.90.37.00.00 – Locação de mão-de-obra .....                                   | R\$ 262.000,00        |
| 17.512.3010.2143.143 - Adm. Ger. e Manut. Sist. de Resid. Sólidos e Dest. Final |                       |
| 33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros- PJ .....                           | R\$- 150.000,00       |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 986.000,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|   |                        |
|---|------------------------|
| 03- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis   |                        |
| 01- SANEAR- Serviço de Saneamento Ambiental de Rondonópolis   |                        |
| 17.512.3010.1095.095 - Ampliação do Sistema Distribuição de Água  |                        |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....   | R\$- 331.000,00        |
| 17.512.3010.1096.096 - Ampliação de Rede de Esgoto  |                        |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações .....   | R\$- 20.000,00         |
| 17.512.3010.1099.099- Despesa com divulgação Oficial  |                        |
| 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros - PJ .....   | R\$ 20.000,00          |
| 17.512.3010.1103.103 - Prog. de Distribuição de Res. Domiciliar a Família Carente                           |                        |
| 33.90.39.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - PJ .....  | R\$- 45.000,00         |
| 17.512.3010.1104.104 - Prog. de Educ. Ambiental: Per. de Alim. p/ Resíduos Sólido junto à famílias carentes |                        |
| 33.90.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros –PJ .....   | R\$- 40.000,00         |
| 17.512.3010.1106.106 - Programa de Educação Ambiental   |                        |
| 33.90.39.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PJ .....  | R\$ 20.000,00          |
| 04.122.3010.2140.140 - Manutenção e Encargos com o SANEAR   |                        |
| 3.3.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros-PF .....  | R\$- 80.000,00         |
| 17.512.3010.2141.141 - Manutenção do Sistema de Água e Esgoto   |                        |
| 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF .....  | R\$- 60.000,00         |
| 44.90.52.00.00- Equipamento e Material Permanente .....   | R\$- 40.000,00         |
| 17.512.3010.2143.143-Adm. Ger. e Manut. Sist. De Resíduos Sólidos e Dest. Final                             |                        |
| 33.90.30.00.00- Material de Consumo .....   | R\$- 110.000,00        |
| 33.90.36.00.00- Outros Serviços de Terceiros- PF .....  | R\$- 60.000,00         |
| 33.90.37.00.00- Locação de Mão-de-Obra .....  | R\$- 60.000,00         |
| <b>TOTAL .....</b>  | <b>R\$- 986.000,00</b> |

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

**LEI Nº 4.610, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.**

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 310.000,00.

- **O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

**FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais) para reforço da seguintes dotações orçamentárias:

|   |                       |
|---|-----------------------|
| 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                   |                       |
| 01 – Secretaria do Governo Municipal                        |                       |
| 04.122.2010.2012.012 – Manutenção do FUNREBOM               |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo .....                  | R\$ 30.000,00         |
| 04.122.2010.2223.223 – Mutirão Construindo a Cidadania      |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 10.000,00         |
| 16 – Secretaria Muni: de Esporte, Cultura e Lazer           |                       |
| 27.612.2260.2133.133 – Manutenção das Atividades do Esporte |                       |
| 31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....                  | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 80.000,00         |
| 33.92.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....       | R\$ 50.000,00         |
| 13.392.2250.2127.127 – Manutenção das Atividades da Cultura |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                   | R\$ 60.000,00         |
| 33.90.36.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PF .....      | R\$ 40.000,00         |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 310.000,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR a que se refere o artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                                    |                       |
| 01 – Secretaria do Governo Municipal   |                       |
| 04.122.2010.2016.016 – Manutenção da Cerimonial                              |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                                    | R\$ 15.000,00         |
| 33.90.30.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....                        | R\$ 15.000,00         |
| 04.122.2010.2219.219 – Manutenção dos Conselhos Municipais                   |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                                    | R\$ 15.000,00         |
| 33.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ.....                        | R\$ 15.000,00         |
| 16 – Secretaria Muni: de Esporte, Cultura e Lazer                            |                       |
| 27.812.2260.1239.239 – Construção do Mini-Estádio no B. João de Barro        |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 20.000,00         |
| 27.812.2260.1098.098 – Construção de Praças de Esporte                       |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações .....                                   | R\$ 60.000,00         |
| 27.812.2260.1090.090 – Construção e Ampliação de Ginásio Poliesportivo       |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 100.000,00        |
| 27.812.2260.1092.092 – Construção de Pistas P/ Prática de SKATE              |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 40.000,00         |
| 27.812.2260.1226.226 – Construção de Área de Lazer e Esporte na Vila Cardoso |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....                                    | R\$ 30.000,00         |
| <b>T O T A L .....</b>   | <b>R\$ 310.000,00</b> |

**Art. 3º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL**  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

**ADILTON DOMINGOS SACHETTI**  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

**AILTON DAS NEVES**  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.611, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 410.000,00.

- **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 410.000,00 (Quatrocentos e Dez Mil Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS  |                       |
| 14- Fundo Municipal de Saúde   |                       |
| 10.301.2170.2112.112 – Conservação e Manutenção da Clínica Terapêutica Renal Substitutiva – Nefrosul |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....  | R\$ 200.000,00        |
| 16- Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer   |                       |
| 13.392.2250.1091.091 – Construção do Centro de Eventos   |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....  | R\$ 210.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>R\$ 410.000,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|  |                       |
|--|-----------------------|
| 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis  |                       |
| 06 – Secretaria Municipal de Transporte, Trânsito  |                       |
| 15.451.2080.1020.020 – Construção de Pontes, Bueiros e Serviços Complementares no Setor Urbano |                       |
| 44.90.51.00.00- Obras e Instalações.....   | R\$ 100.000,00        |
| 15.451.2080.1221.221 – Construção de Ponte no Jardim Carlos Bezerra                            |                       |
| 44.90.51.00.00 – Obras e Instalações.....  | R\$ 50.000,00         |
| 15.451.2080.1232.222 – Reforma da Praça dos Correios   |                       |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....  | R\$ 20.000,00         |
| 33.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – PJ.....   | R\$ 40.000,00         |
| 14- Fundo Municipal de Saúde   |                       |
| 10.301.2170.2094.094 – Programa Saúde da Família   |                       |
| 31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....   | R\$ 200.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>  | <b>R\$ 410.000,00</b> |

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.612, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre autorização Legislativa para abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR no valor de R\$ 67.300,00.

- **PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar no vigente orçamento abertura de CRÉDITO SUPLEMENTAR, até o montante de R\$ 67.300,00 (Sessenta e Sete Mil e Trezentos Reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

|   |                      |
|---|----------------------|
| 02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS                                     |                      |
| 05- Secretaria Municipal de Educação  |                      |
| 12.361.2150.1005.005 – Programa de Qualificação dos Profissionais da Educação |                      |
| 33.90.30.00.00 – Material de Consumo.....                                     | R\$ 6.300,00         |
| 33.90.36.00.00 – Outros Serviços Terceiros – PF.....                          | R\$ 3.000,00         |
| 33.90.39.00.00 – Outros Serviços Terceiros – PJ.....                          | R\$ 18.000,00        |
| 04- Secretaria da Receita Municipal   |                      |
| 04.123.2060.2031.031 – Manutenção do Setor                                    |                      |
| 44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente.....                      | R\$ 40.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 67.300,00</b> |

**Art. 2º** - Para cobertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR, a que se refere o Artigo anterior, serão utilizados os recursos por **anulação** parcial das seguintes dotações orçamentárias:

|   |                      |
|---|----------------------|
| 02 – Prefeitura Municipal de Rondonópolis   |                      |
| 05 – Secretaria Municipal de Educação   |                      |
| 12.301.2120.1225.222 – Cobertura do Quadro Poliesportivo na Escola Arão Gomes Bezerra |                      |
| 44.90.51.00.00 - Obras e Instalações.....   | R\$ 27.300,00        |
| 04 – Secretaria da Receita Municipal  |                      |
| 04.123.2060.2031.031 – Manutenção do Setor  |                      |
| 31.90.13.00.00 – Obrigações Patronais.....  | R\$ 40.000,00        |
| <b>TOTAL.....</b>   | <b>R\$ 67.300,00</b> |

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL

Rondonópolis, 18 de agosto de 2005; 90º da Fundação e 51º da Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

LEI Nº 4.613, DE 18 DE AGOSTO DE 2005.

Dispõe sobre acrescentar alterações aos incisos I, II e III do art. 2º e anexos da Lei nº 3.188 de 22 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o LOTACIONOGRAMA do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Rondonópolis - MT, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município...

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU PROMULGO E SANCIONO A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Acrescenta alterações aos incisos I, II e III do art. 2º da Lei nº 3.188 de 22 de dezembro de 1999:

**“Art. 2º - ...**

**I – Cargos de nível superior completo: Analista de Tecnologia-TI, Analista de Suporte.**

**II – Cargos de nível de 2º grau completo: Auxiliar de Higiene e Apoio Docente (Modalidade Creche).**

**III – ...”**

**Art. 2º** - Ficam alterados os anexos I, II e III da Lei 3.188 de 22 de dezembro de 1999.

**Art. 3º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL  
Rondonópolis, 18 de agosto de 2005, 90º da Fundação e 51º de Emancipação Política.

ADILTON DOMINGOS SACHETTI  
Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e publicada no DIORONDON.

AILTON DAS NEVES  
Secretário do Governo Municipal

| ANEXO I<br>PROJETO DE LEI Nº 192/2005  |                            |  |               |
|--|----------------------------|--|---------------|
| DENOMINAÇÃO DO CARGO   | VAGAS ABERTAS PARA O CURSO | ABILITACÃO PARA O CARGO  | CARGA HORÁRIA |
| AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO E APOIO DOCENTE (modalidade Creche - Sexo Feminino) | 56                         | ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)  | 30 H          |
| AGENTE ADMINISTRATIVO  | 20                         | ENSINO MÉDICO (antigo 2º Grau)   | 30 H          |
| ASSISTENTE SOCIAL  | 02                         | BACHARELADO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL  | 30 H          |
| ANALISTA DE TECNOLOGIA   | 02                         | SUPERIOR EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMAS DE INFORMÁTICA/LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA | 30 H          |
| ANALISTA DE SISTEMA  | 06                         | SUPERIOR EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMAS DE INFORMÁTICA/LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA | 30 H          |
| ANALISTA DE SUPORTE  | 06                         | SUPERIOR EM CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO/SISTEMAS DE INFORMÁTICA/LICENCIATURA PLENA EM INFORMÁTICA | 30 H          |
| ELETRICISTA  | 01                         | ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)  | 30 H          |
| FONOAUDIÓLOGA  | 02                         | CURSO SUPERIOR EM FONOAUDIOLOGIA   | 30 H          |
| OPERADOR DE COMPUTADOR   | 01                         | ENSINO MÉDIO (antigo 2º Grau)  | 30 H          |

|                      |    |   |      |
|----------------------|----|---|------|
| PEDREIRO             | 01 | ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (antiga 1ª a 4ª série) | 30 H |
| SERVEnte DE PEDREIRO | 03 | ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (antiga 1ª a 4ª série) | 30 H |
| PSICÓLOGA            | 02 | CURSO SUPERIOR EM PSICOLOGIA  | 30 H |
| ENGENHEIRO CIVIL     | 01 | SUPERIOR EM ENGENHARIA CIVIL  | 30 H |

ANEXO III

AUXILIAR DE HIGIENIZAÇÃO E APOIO DOCENTE (Modalidade Creche-Sexo Feminino)

VALOR INICIAL: R\$ 417,21

Atribuições/requisitos

Apoio ao professor regente da sala de aula na unidade;  
Zelar pela alimentação das crianças (dar mamadeira e sopa aos bebês, além de acompanhar as demais crianças nas respectivas refeições e em especial aquelas que ainda não o fazem sozinhas);  
Ser responsável pela higienização das crianças, tais como: (escovação, dar banho, trocar fraldas e vestimentas, retirar as fezes das fraldas antes de encaminhá-las à lavanderia, fazer a higiene das crianças após estas terem feito suas necessidades fisiológicas);  
Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da Unidade de Ensino;  
Elaborar e cumprir o plano de trabalho segundo a proposta pedagógica da unidade de ensino;  
Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidas;  
Participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;  
Colaborar com as atividades de articulação da unidade de ensino com as famílias e a comunidade;  
Incumbir-se das demais tarefas indispensáveis ao atingimento dos fins educacionais da unidade de ensino e ao processo de ensino-aprendizagem;  
Informar os pais ou responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da unidade de ensino;  
Elaborar estudos, levantando qualitativos e quantitativos indispensáveis ao desenvolvimento do sistema ou unidade de ensino;  
Conhecer e identificar as leis que regem o ensino na LDB, Constituição Municipal, Estadual e Federal;  
Compreender a educação como prática social e histórica e a unidade de ensino como instituição social;  
Caracterizar a gestão democrática como um processo coletivo e historicamente construído;  
Avaliar continuamente o rendimento dos alunos;  
Desenvolver diferentes procedimentos metodológicos em sala de aula;  
Auxiliar o professor regente a manter os arquivos e caderno de campo atualizados;  
Auxiliar o professor regente a elaborar relatório individual do aluno, de forma específica seus avanços, necessidades de acompanhamento;  
Conhecer os diferentes idiomas, suas funções e possibilidades de uso;  
Estabelecer relação entre as políticas educacionais e os processos de organização da gestão da unidade;

Compreender as questões de organização dos processos de planejamento, ensino, aprendizagem e avaliação;  
Compreender a dinâmica da sala de aula, em que o processo de ensino e aprendizagem se mescla com aspectos relacionais e culturais;  
Conhecer as relações entre desenvolvimento e aprendizagem em diferentes momentos da infância e adolescência;  
Identificar o papel das histórias de vidas e das interações de professores e alunos, na construção de identidade plurais;  
Comunicar-se de forma aberta e transparente com os pais, o responsável pela unidade e demais colaboradores;  
Colaborar e participar dos eventos culturais da unidade e comunidade;  
Buscar sua auto-formação;  
Ser assíduo no horário de trabalho e pontual nas reuniões de pais, reuniões internas da unidade, cursos de formação continuada promovidos pela SEMEC e Unidade de Ensino.

Nível : 2º Grau completo